



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Interpelação Escrita

O Governo da Região Administrativa Especial de Macau (RAEM) tem frisado a ideia da “racionalização de quadros e simplificação administrativa,” e prometeu que ia elevar a qualidade dos serviços e melhorar o desempenho. Porém, segundo as informações sobre o orçamento financeiro do Governo, as despesas financeiras com o pessoal são o item que registou maior subida. Em 2010 as despesas efectivas atingiram 9,2 mil milhões de patacas, e em 2017 atingiram 20,8 mil milhões, mas, neste entretanto, não se constatou qualquer melhoria da eficiência administrativa. Muitos programas relacionados com a vida da população tiveram taxas de execução baixas, algumas de 0%, por isso, os cidadãos continuam a deparar-se com dificuldades nas deslocações, no acesso às consultas médicas, na aquisição de habitação, no âmbito das necessidades da terceira idade, no estacionamento, devido à falta de lugares, as PME também continuam a ter dificuldades na exploração dos seus negócios, etc., dificuldades estas que continuam a perturbar a vida da população. Para além disso, o Comissariado Contra a Corrupção (CCAC) detectou, recentemente, vários problemas relacionados com a contratação ilegal de funcionários. A sociedade questiona o aumento significativo de funcionários, atendendo a que a eficiência administrativa não registou qualquer melhoria, portanto, questiona-se também acerca da simplificação

IE-2017-03-29-Mak Soi Kun(p) FL-APN



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

administrativa e da racionalização de quadros, defendida pelo Governo, se de facto vão surtir algum efeito.

Face ao exposto, interpelo por escrito o seguinte:

1. Alguns cidadãos pediram-me para questionar os serviços competentes sobre o seguinte: atendendo ao aumento constante das despesas relacionadas com os funcionários, verifica-se que alguns serviços públicos recrutaram ilegalmente grande quantidade de trabalhadores, o que contraria a ideia defendida pelo Governo. Os serviços competentes fizeram algum balanço da simplificação administrativa e racionalização de quadros? Esta ideia teve sucesso ou fracassou? Fizeram alguma avaliação, análise ou estudo sobre os resultados? Em caso afirmativo, quais são as causas que levaram aos resultados alcançados? Gostaria que os serviços competentes prestassem esclarecimentos mais detalhados.

29 de Março de 2017

**O Deputado à Assembleia Legislativa da
Região Administrativa Especial de Macau
Mak Soi Kun**

IE-2017-03-29-Mak Soi Kun(p) FL-APN